

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – FEVEREIRO 2026

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO.....	2
LEGISLAÇÃO	2
ICMS	3
LEGISLAÇÃO	3
JURISPRUDÊNCIA	5
ISS.....	7
LEGISLAÇÃO	7
IPI	8
JURISPRUDÊNCIA	8
IR E CSLL	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9
PIS E COFINS	12
JURISPRUDÊNCIA	12
DIVERSOS	14
LEGISLAÇÃO	14
JURISPRUDÊNCIA	14

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

LEGISLAÇÃO

1. CT-E – NOTA TÉCNICA 2026.001 VERSÃO 1.00 – INCLUSÃO DE CAMPOS E REGRAS DE VALIDAÇÃO REFERENTES À VINCULAÇÃO COM A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTO NA RTC
 - **Publicada em 05 de fevereiro de 2026**
2. NFS-E PADRÃO NACIONAL – NOTA TÉCNICA SE/CGNFS Nº 007 VERSÃO 1.0 – ATUALIZAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ACERCA DO LEIAUTE
 - **Publicada em 07 de fevereiro de 2026**
3. DECLARAÇÃO DE REGIMES ESPECÍFICOS (DERE) – ATUALIZAÇÃO DA MINUTA DO MANUAL E DOS LEIAUTES DE EVENTOS – VERSÃO 1.0.0
 - **Informações disponibilizadas em 23 de fevereiro de 2026**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. MT E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 15, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
 - **Protocolo ICMS nº 16, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
2. AL, MS E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 17, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
3. MG E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 18, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
4. AP E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 19, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
5. PE E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 20, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
6. RJ E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 21, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
7. AL E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 22, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**

8. PR E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 23, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
9. DF E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 24, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
10. RS E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR - FIM DA SISTEMÁTICA - EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Protocolo ICMS nº 25, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 24.02.26)**
11. MS – DISPOSIÇÕES RELATIVAS À INICIATIVA “REGULARIZE JÁ” – PROCEDIMENTOS E AÇÕES PARA REGULARIZAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS
 - **Resolução SEFAZ nº 3.489, de 02 de fevereiro de 2026 (DOE-MS 03.02.26)**
12. CE – OPERAÇÕES COM EQUIPAMENTOS E COMPONENTES PARA APROVEITAMENTO DAS ENERGIAS SOLAR E EÓLICA – ISENÇÃO (CONVÊNIO ICMS nº 101/1997) - REVOGAÇÃO DA PREVISÃO PARA A MANUTENÇÃO DOS CRÉDITOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES ANTERIORES
 - **Decreto nº 37.123, de 05 de fevereiro de 2026 (DOE-CE 09.02.26)**
13. AM – INCORPORAÇÃO DE AJUSTES SINIEF E PROTOCOLOS ICMS À LEGISLAÇÃO – NORMAS SOBRE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS E OPERAÇÕES INTERESTADUAIS
 - **Decreto nº 53.560, de 20 de fevereiro de 2026 (DOE-AM 20.02.26)**
14. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM LÂMINAS E APARELHOS DE BARBEAR, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, E COM COSMÉTICOS – FIM DA SISTEMÁTICA – EFEITOS A PARTIR DE 1º.04.2026
 - **Decreto nº 58.626, de 20 de fevereiro de 2026 (DOE-RS 23.02.26)**
15. SP – PEDIDOS DE REGIMES ESPECIAIS – AJUSTES RELATIVOS A PROCEDIMENTOS DIVERSOS E INSERÇÃO DE PREVISÃO PARA ADESÃO A REGIME ESPECIAL CONCEDIDO A TERCEIROS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 18/21
 - **Portaria SRE nº 04, de 27 de fevereiro de 2026 (DOE-SP 27.02.26)**

JURISPRUDÊNCIA

16. EXCLUSÃO DO PIS E DA COFINS NA BASE DE CÁLCULO – TEMA INFRACONSTITUCIONAL

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ARE 1551212 – Tema 1446)**

17. ICMS – BLOQUEIO DE EMISSÃO DE NF-E IMPOSTO A CONTRIBUINTE DEVEDOR CONFIGURA SANÇÃO POLÍTICA – INCONSTITUCIONAL POIS ULTRAPASSA O CARÁTER DE FISCALIZAÇÃO

- **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo (Proc. nº 1013697-57.2025.8.26.0564)**

18. CONSÓRCIO DE EMPRESAS SEDIADO NO ESTADO DE SÃO PAULO - EMISSÃO DE NF-E PELO CONSÓRCIO EM NOME PRÓPRIO – POSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO PRÉVIA NO CADESP

- **Resposta à Consulta Tributária nº 31090/2024, de 30 de janeiro de 2026 (DE-SP 02.02.26)**

19. ICMS – APURAÇÃO EM 2026 – OS VALORES CORRESPONDENTES AO IBS E À CBS NÃO INTEGRARÃO A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO - INCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AO PIS E À COFINS POR SUA ALÍQUOTA INTEGRAL

- **Resposta à Consulta Tributária 33083/2026, de 05 de fevereiro de 2026 (DE-SP 05.02.26)**

20. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE POR PRESTADOR INSCRITO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO – INÍCIO DA PRESTAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO – CFOP 6.932 E CST CABÍVEIS

- **Resposta à Consulta Tributária 32913/2025, de 06 de fevereiro de 2026 (DE-SP 09.02.26)**

21. IMPORTAÇÃO – NOTA FISCAL EMITIDA COM VALOR MAIOR QUE A QUANTIDADE RECEBIDA – REGISTRO NA ESCRITURAÇÃO FISCAL APENAS DAS MERCADORIAS EFETIVAMENTE RECEBIDAS

- **Resposta à Consulta Tributária 33197/2026, de 11 de fevereiro de 2026 (DE-SP 12.02.26)**

22. ICMS - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA – AQUISIÇÃO INTERESTADUAL EM AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAL E ACESSÓRIAS – ORIENTAÇÕES

- **Resposta à Consultoria Tributária 33164/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (DE-SP 13.02.26)**

23. CT-E – IMPOSSIBILIDADE DE CANCELAMENTO, CORREÇÃO OU DE SUBSTITUIÇÃO DO DOCUMENTO – APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIA ESPONTÂNEA

- **Resposta à Consulta Tributária 32926/2025, de 13 de fevereiro de 2026 (DE-SP 19.02.26)**

24. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS DESTINADAS A USO E CONSUMO – APURAÇÃO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO NA OPERAÇÃO INTERNA – BENEFÍCIO QUE NÃO EQUIVALE A REDUÇÃO DE ALÍQUOTA

- **Resposta à Consulta Tributária 33094/2026, de 23 de fevereiro de 2026 (DE-SP 24.02.26)**

25. VENDA NÃO CONCRETIZADA – MERCADORIA QUE NÃO SAIU DO ESTABELECIMENTO REMETENTE - CANCELAMENTO DE NF-E EMITIDA – INAPLICABILIDADE DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DEVOLUÇÃO OU RECUSA DA MERCADORIA

- **Resposta à Consulta Tributária 33034/2025, de 26 de fevereiro de 2026 (DE-SP 27.02.26)**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO – ALTERAÇÕES NA TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DE CÓDIGOS CNAE E CÓDIGOS REFERENTES AO ISS – EFEITOS A PARTIR DE 1º.01.2026
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 01, de 13 de fevereiro de 2026 (DOM-São Paulo 18.02.26)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. RETROATIVIDADE DO CONCEITO DE PRAÇA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Proc. nº 13370.7222417/2020-12)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – ALTERAÇÃO DO ANEXO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS – DOAÇÕES A ENTIDADES CIVIS, ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E FARMACÊUTICA
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.307, de 20 de fevereiro de 2026 (DOU 23.02.26)**

JURISPRUDÊNCIA

2. MAJORAÇÃO, EM 10%, DOS PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo (Proc. nº 5000259-79.2026.4.02.5116 e nº 5004081-07.2026.4.03.6100)**
3. TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCROS – DISTRIBUIÇÃO POR CONTRIBUINTE DO SIMPLES NACIONAL - ILEGALIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo (Proc. nº 5002505-76.2026.4.03.6100)**
4. IRPF – GANHO DE CAPITAL NA VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA – RESERVA DE INCENTIVO FISCAL CAPITALIZADA – NÃO COMPOSIÇÃO DO CUSTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10510.723906/2014-11)**
5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA SOB A VIGÊNCIA DO RTT – LAUDO QUE ATESTA MAIS-VALIA DE MARCA – IMPOSSIBILIDADE DE AMORTIZAÇÃO FISCAL COMO ÁGIO POR RENTABILIDADE FUTURA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16561.720107/2018-90)**
6. AJUSTE A VALOR PRESENTE – MUDANÇA DO LUCRO REAL PARA LUCRO PRESUMIDO – OBRIGATORIEDADE DE TRIBUTAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17227.720125/2020-50)**
7. MULTA REGULATÓRIA (ANEEL) – DESPESA OPERACIONAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10580.728827/2016-27)**

8. LUCROS NO EXTERIOR – RESERVA DE REAVALIAÇÃO – NÃO TRIBUTAÇÃO ENQUANTO NÃO REALIZADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16643.720022/2011-25)**
9. MARCO INICIAL DA DECADÊNCIA – IRRF UTILIZADO PARA QUITAÇÃO DE ESTIMATIVAS – FATO GERADOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16327.720267/2013-05)**
10. PRL A ADMINISTRADOR-EMPREGADO - DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16327.721107/2021-85)**
11. JCP – MERA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO NÃO CONSTITUIU FATO GERADOR DO IRRF – PAGAMENTO OU DELIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16327.721526/2012-26)**
12. DIREITOS AUTORIAIS PAGOS PARA PESSOA JURÍDICA – REGIME DE DEDUTIBILIDADE DOS ROYALTIES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 18470.726563/2012-01)**
13. LUCRO PRESUMIDO - CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO – NÃO TRIBUTAÇÃO SE A RECUPERAÇÃO DE DESPESA SE REFERIR A PERÍODO EM QUE O CONTRIBUINTE ESTEVE NO LUCRO PRESUMIDO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 13603.722749/2013-97)**
14. SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO INDIRETA EM CONSTRUTORA RESPONSÁVEL POR EMPREENDIMENTO FINANCIADO POR FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO EM QUE OS SÓCIOS PARTICIPAM – IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DO FII À PESSOA JURÍDICA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17459.720036/2022-41)**
15. IMPOSTO DE RENDA PAGO NO EXTERIOR – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PARA QUITAÇÃO DAS ESTIMATIVAS MENSAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17459.720059/2023-37)**

**16. DESDOBRAMENTO DE CUSTO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA –
TRANSIÇÃO PARA A LEI Nº 12.972/2014 - REMENSURAÇÃO**

- **Solução de Consulta COSIT nº 14, de 05 de fevereiro de 2026
(DOU 10.02.26)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. RESSARCIMENTO – CORREÇÃO DO CRÉDITOS – INÍCIO APÓS 360 DIAS DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.233.168)**
2. DESCONTOS COMERCIAIS RECEBIDOS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17227.720010/2022-27)**
3. COMÉRCIO VAREJISTA – INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÃO DE “RISCO SACADO” – RECEITA FINANCEIRA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 17227.720010/2022-27)**
4. REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE - ROYALTIES PELA AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA EM SEMENTES GENETICAMENTE MODIFICADAS – CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10183.909896/2020-07)**
5. REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE – DESPESA COM TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – IMPOSSIBILIDADE DE CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 13502.900009/2012-55)**
6. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO – REEMBOLSO DE REMUNERAÇÃO PARA EXPATRIADO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10880.688355/2009-59)**
7. REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE – ALUGUEL DE MÓVEIS – IMPOSSIBILIDADE DE CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10830.907599/2012-37)**
8. REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE – TRANSFERÊNCIA DE INSUMO PARA IMOBILIZADO – NECESSIDADE DE ESTORNO DO CRÉDITO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO PELA DEPRECIAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 19515.721991/2012-38)**

9. EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO – DISPÊNDIOS COM SEGURO, RÁDIO, MONITORAMENTO, GERENCIAMENTO DE RISCO, TELEFONE OPERACIONAL (MOTORISTAS), MATERIAL DE PROTEÇÃO, UNIFORME E PEDÁGIOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 11065.724539-2012-61)**
10. BEM IMPORTADO – CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL NO REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA UTILIZAÇÃO ECONÔMICA – PAGAMENTO PROPORCIONAL DAS CONTRIBUIÇÕES – BEM UTILIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITO DA NÃO CUMULATIVIDADE, AINDA QUE EXTEMPORÂNEO
- **Solução de Consulta COSIT nº 09, de 29 de janeiro de 2026 (DOU 02.02.26)**
11. VENDA PARA ENTREGA FUTURA – EXCLUSÃO DO ICMS – EXCLUSÃO DO IMPOSTO DESTACADO NA NOTA FISCAL NO MÊS EM QUE OCORRER O DESTAQUE – MOMENTO EM QUE O NEGÓCIO É APERFEIÇOADO
- **Solução de Consulta COSIT nº 13, de 05 de fevereiro de 2026 (DOU 06.02.26)**
12. EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO – ICMS DESTACADO – *GROSS UP* – INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO COMPLEMENTAR
- **Solução de Consulta COSIT nº 21, de 23 de fevereiro de 2026 (DOU 25.02.26)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) – DISPOSIÇÕES RELATIVAS A SUSPENSÃO DA CNO - ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 2061/2021 – ENTRA EM VIGOR EM 1º.03.2026
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.309, de 25 de fevereiro de 2026 (DOU 26.02.26)**
2. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – BENS DE CAPITAL, DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES – ALTERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS ALÍQUOTAS
 - **Resolução GECEX nº 852, de 04 de fevereiro de 2026 (DOU 05.02.26)**
 - **Resolução GECEX nº 853, de 06 de fevereiro de 2026 (DOU 09.02.26)**
 - **Resolução GECEX nº 866, de 27 de fevereiro de 2026 (DOU 27.02.26)**

JURISPRUDÊNCIA

3. SIMPLES – PRESCRIÇÃO – ENTREGA DA DAS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.876.175)**
4. PARCELAMENTO – MULTA DE MORA – COBRANÇA CESSA COM O PAGAMENTO DE PRIMEIRA PRESTAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.857.783)**
5. CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS – LIMITE DA BASE DE CÁLCULO A 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1390)**
6. OFERECIMENTO DE SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA – IMPOSSIBILIDADE DE RECUSA PELA FAZENDA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1385)**
7. JUROS SOBRE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS – IMPOSSIBILIDADE DA TAXA SER SUPERIOR À SELIC
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1217)**

8. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE FALÊNCIA PELA FAZENDA APÓS TENTATIVA DE COBRANÇA FRUSTRADA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.196.073)**
9. DECISÃO FINAL DO CARF POR VOTO DE QUALIDADE QUE MANTÉM MULTA ISOLADA – AFASTAMENTO
 - **Precedente da Justiça Federal de Ribeirão Preto (Proc. nº 5000112-75.2026.4.03.6102)**
10. CIDE – DIREITOS AUTORAIS PAGOS A PESSOA JURÍDICA - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 16682.721070/2020-65)**
11. IOF – AQUISIÇÃO À VISTA DE AÇÕES DO CONTROLADOR – VENDA A PRAZO DAS MESMAS AÇÕES PARA EMPRESA DO GRUPO – DISSIMULAÇÃO DE EMPRÉSTIMO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 19311.720285/2019-31)**
12. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – EMPRESA COM DÉBITOS NÃO GARANTIDOS – PENDÊNCIA DE DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA - LEGALIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Proc. nº 10166.723803/2011-68)**
13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PRÊMIOS CONCEDIDOS EM RAZÃO DE DESEMPENHO SUPERIOR – NÃO INCIDÊNCIA A PARTIR DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017 – LIMITAÇÃO A DOIS PAGAMENTOS AO ANO ATÉ 22 DE ABRIL DE 2018 – DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
 - **Solução de Consulta COSIT nº 10, de 30 de janeiro de 2026 (DOU 03.02.26)**